

# O desafio de uma política de oferta

*Economia - Brasil*

O que está ocorrendo na indústria de plásticos é um bom exemplo dramático do que se verifica na maioria dos setores industriais do País. O consumo aparente (compras no mercado interno mais importações) de materiais plásticos, particularmente embalagens, cresceu 26,3% no primeiro trimestre deste ano. Em decorrência, aumentaram 79% no mesmo período as importações de matérias-primas pelos fabricantes nacionais. E caíram 43% as exportações de resinas plásticas.

Antes de analisar o fenômeno sob uma perspectiva mais ampla, convém deixar claro que a expansão do consumo de plásticos não está ligada a um crescimento explosivo da economia, não constatado até agora. A economia não está superaquecida, não se esperando que o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) neste ano seja superior à taxa do ano passado (2,91%, segundo a Fundação IBGE). Está havendo, sim, uma mudança nos padrões de consumo no Brasil, aspecto ainda pouco focalizado pelos meios de comunicação. Com o baixo preço das embalagens plásticas, a maior oferta de produtos de diversas origens e a concorrência mais acirrada no comércio, que procura oferecer um melhor serviço ou mais comodidades, o mercado de embalagens de plástico disparou.

Como em tantos outros casos, a balança comercial é pressionada, e a expectativa de que volte a ser equilibrada torna-se mais remota. Esperava-se, por exemplo, um pequeno saldo favorável na conta de comércio em maio. Mas, pelas últimas infor-

mações, isso não deverá acontecer. Continua válida a projeção de que o déficit comercial do País neste ano será de US\$ 12 bilhões, fortalecendo a previsão de que o déficit em conta corrente (balanças comercial e de serviços menos transferências unilaterais) bata na casa de US\$ 36 bilhões, correspondendo, aproximadamente, a 4,2% do PIB.

No IX Fórum Nacional do Instituto de Altos Estudos (Inae), ora em realização no Rio, economistas e empresários procuraram respostas para esse problema. Embora

**Indústria tem de ter condições para atender a uma demanda que antes era capaz de satisfazer**

alguns técnicos advo-  
guem a contenção do  
nível de crescimento,  
parece-nos que não é  
por aí que será en-  
contrada a solução. A eco-  
nomia, repetimos, não está vivendo uma fase de  
“boom”, e comprimí-la artificialmente agora, além  
de efeitos sociais indesejáveis, não produziria, ao  
que tudo indica, um recuo substancial das impor-  
tações, tanto por causa da expansão do consumo  
das faixas de mais baixa renda como da mudança  
de hábitos do brasileiro de renda média, que já  
provou as vantagens da globalização.

Elevar alíquotas do Imposto de Importação tam-  
bém não é uma saída. Não só em vista das reper-  
cussões internacionais negativas e possíveis pro-  
testos dos nossos parceiros do Mercosul ou da Orga-  
nização Mundial de Comércio (OMC). Muitos  
empresários nacionais concordam em que o pro-

cesso de abertura externa do País a partir de 1990 foi rápido demais, mas eles mesmos reconhecem que, a não ser em casos específicos em que tenha sido detectada a prática de dumping, essa discussão tornou-se ociosa, mesmo porque não há caminho de volta. Aumentar tarifas para matérias-primas da indústria de plástico, por exemplo, só serviria para onerar custos.

Com outros setores em situação parecida, os empresários estão preocupados, como se viu no IX Fórum Nacional, com as condições para ampliar a capacidade produtiva. O presidente da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira, propôs um debate sobre a reestruturação industrial do País, com o fortalecimento do apoio financeiro à exportação como instrumento para a modernização de nosso parque industrial.

Não se trata de voltar ao antigo modelo de uma política industrial orientada para a substituição de importações, ou seja, de tentar produzir aqui o que nunca fora produzido. O que os empresários defendem é uma política de oferta, que lhes permita produzir para atender a uma demanda que era anteriormente satisfeita pelo parque existente.

Um passo fundamental para isso é que o governo procure retornar logo à trajetória de taxas de juros decrescentes, interrompida em abril. É possível agora ser um pouco mais otimista a respeito, tendo em vista a recente decisão do Federal Reserve Board dos EUA de não alterar a taxa de juros. ■